

Constituinte reúne-se em fevereiro de 87

ESTADO DE SÃO PAULO

19 OUT 1985

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Os deputados e senadores eleitos em 15 de novembro de 86 se reunirão em Assembléia Nacional Constituinte unicameral no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional. O presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a primeira sessão e a dirigirá até a eleição de seu presidente. O texto da nova Constituição será promulgado no decorrer do ano de 1987, depois de aprovado, por maioria absoluta de votos, em dois turnos.

Assim funcionará a futura Constituinte, segundo os termos do substitutivo aprovado ontem pela comissão mista do Congresso Nacional,

que será votado na próxima semana em plenário. O documento mantém as linhas básicas da proposta do presidente Sarney, deixando a critério da Assembléia definir a participação dos senadores eleitos em 82 e sem poderes constituintes expressos, assim como o funcionamento do Poder Legislativo ordinário.

Sobre a anistia, o substitutivo aprovado alcançará todos os servidores públicos civis da administração direta e indireta e militares punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares; os autores de crimes políticos e conexos, dirigentes e representantes de organização sindical ou estudantil; servidores civis ou empregados que tenham sido demitidos ou dispensados por moti-

vação exclusivamente política, com base em outras leis; e, finalmente, os punidos ou processados por idênticas razões entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

Serão concedidas promoções pelo princípio da antiguidade, na reserva ou aposentadoria, ao posto, cargo ou graduação a que teriam direito se estivessem no serviço ativo, os servidores civis e militares, desde que obedecidos os prazos de permanência em atividades previstas nas leis e regulamentos vigentes. Pelo texto original, havia a exigência de condição de habilitação para as promoções.

Os anistiados poderão ser readmitidos ou revertidos ao serviço ativo por exclusiva iniciativa, compe-

tência e critério da administração pública, vedada, portanto, a reintegração. Entretanto, o benefício só gerará efeitos financeiros a partir da promulgação da emenda constitucional, proibida a remuneração de caráter retroativo. Ficam excluídos desse benefício os que já se encontravam aposentados, na reserva ou reformados quando foram atingidos; entretanto, os dependentes dos servidores civis e militares já falecidos farão jus às vantagens pecuniárias da pensão correspondente ao posto, graduação, cargo, função ou emprego que teria sido assegurado a cada beneficiário da anistia, até a data de sua morte.

No capítulo da inelegibilidade, o substitutivo estabeleceu que o titu-

lar efetivo ou interino de cargo ou função, cujo exercício possa influir para perturbar a normalidade ou tornar duvidosa a legitimidade das eleições, só poderá candidatar-se a posto eletivo caso se afaste em prazo não superior a nove meses.

Entretanto, esse prazo de desincompatibilização difere para governador e prefeito — seis meses; ministro, secretário de Estado, diretor, superintendente de órgão da administração pública direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades de economia mista — nove meses; ou quatro, este último prazo quando candidato a cargo municipal. Porém, se os ocupantes de tais cargos já forem titulares de mandato eletivo, a desincompatibilização será de seis meses antes do pleito.

Giavarina, novo relator

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Um pedido de preferência para votação do substitutivo preparado pelo PMDB, subscrito também pelos líderes do PFL e do PDS, evitou ontem a votação na comissão mista do substitutivo do deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP) à emenda do Executivo convocando a Constituinte. Diante disso, Bierrenbach foi destituído do cargo e substituído pelo deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR).



Durante as quase oito horas de discussão da matéria na comissão, o PMDB foi acusado de ter desrespeitado o Regimento Interno para conseguir a aprovação do substitutivo oficial, renegando antigas bandeiras partidárias, como anistia ampla, geral e irrestrita. Inconformado, o presidente da OAB, Hermes Baeta, que

assistiu aos debates, anunciou que iniciará imediatamente uma campanha para evitar que os representantes do PMDB no órgão sejam eleitos para a Constituinte.

Aprovada a preferência para o substitutivo preparado pelo PMDB, Bierrenbach considerou-se destituído do cargo de relator, mas antes entregou à presidência da comissão uma mala contendo 70 mil telegramas e cartas de todo o País, pedindo Constituinte exclusiva e anistia ampla, geral e irrestrita.

Ao justificar seu substitutivo, Bierrenbach, depois de lembrar que não pertence ao Executivo, mas apenas ao partido que lhe dá apoio, frisou ter observado o ideário do PMDB na elaboração de seu trabalho, bem como o pensamento dos seus principais líderes nos últimos 20 anos, citando entre eles Ulysses Guimarães e Tancredo Neves. E desafiou os integrantes da comissão a apontarem uma só incoerência entre seu substitutivo e o pensamento do PMDB histórico. Ninguém respondeu. O deputado José Genoíno (PT), que não é membro da comissão, foi o único a apoiar o antigo relator.

Deputado teme crise militar

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O deputado Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE) alertou ontem para os riscos de uma crise militar em decorrência da tutela que os militares continuam exercendo sobre as instituições. O deputado acha que a pretendida anistia a militares cassados não é necessariamente motivo para essa crise e terá um desfecho satisfatório, já que o jogo de pressões e contrapressões não extinguiu o diálogo entre militares e políticos e destes entre si.

Na opinião de Ferreira Lima, o problema maior não se resume a aspectos políticos e técnicos. Há necessidade, segundo ele, de um aprofundamento de relações entre os civis e os militares, políticos em função de comando administrativo ou partidário e militares com participação direta em suas corporações. Entende que a visão dos valores e dos objetivos nacionais que prevaleceu nos últimos 20 anos deve ser repensada em um debate sem emocionalismo.

Agora, apenas sessões conjuntas

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A partir de segunda-feira, até quarta ou quinta, não deverão ser realizadas sessões da Câmara e do Senado, mas exclusivamente do Congresso Nacional — Câmara e Senado reunidos. Os presidentes das duas Casas, senador José Fragelli e deputado Ulysses Guimarães, pretendem concentrar as atividades na discussão e votação das emendas da Constituinte e de reforma tributária naqueles dias.

As matérias seriam discutidas a partir de segunda-feira à tarde. Terça-feira, haveria votação em primeiro turno e, na quarta, em segundo turno. Há preocupação das lideranças do PMDB, do PFL e do PDS com o quórum de dois terços para a aprovação de emendas constitucionais: a partir de quarta-feira à noite, mais de 60 parlamentares viajarão para o Exterior — Síria e Alemanha Ocidental.

Para aprovar emenda constitucional são necessários os votos favoráveis de pelo menos 320 deputados e 46 senadores.

O Exército terá aviação própria

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O Exército brasileiro, que já possui uma aviação, o núcleo do atual Ministério da Aeronáutica, conseguiu reconquistar o direito de implantar sua própria aviação. Para isso foi constituída, no âmbito do Estado-Maior do Exército, uma comissão sob a presidência do general-de-divisão Angelo Baratta Filho, que já esteve em unidades de treinamento de helicópteros da Marinha e da Aeronáutica.

A aviação do Exército, na verdade, apesar de constituir antiga aspiração da Força é limitada, a operacionalidade de helicópteros e encontrava-se interdita por decreto secreto e por uma imposição da FAB. O brigadeiro Moreira Lima, ministro da Aeronáutica, da Nova República, já deu sinal verde ao Exército dizendo que nada tem contra tal aspiração.